



Brasília-DF, 08 de setembro de 2026

PLENÁRIA NACIONAL CNTI 80 ANOS

**UNIDOS NA LUTA,
PRESENTES NO FUTURO.****14 a 18 de SETEMBRO de 2026****Local:**
CTE - CENTRO TÉCNICO EDUCACIONAL DA CNTI**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E TRABALHO
JOSÉ CALIXTO RAMOS**

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA

apresentação da declaração de hipossuficiência econômica para obtenção da assistência judiciária gratuita.

Na decisão, ficou definido que a gratuidade judicial será dada a todos que comprovarem renda de até R\$ 5 mil. O processo foi relatado pelo presidente da Corte, ministro Edson Fachin. O relator, junto com a ministra Carmen Lúcia, foram votos vencidos no processo.

"Mesmo que na hipótese da presunção relativa [de hipossuficiência], os magistrados indefiram o benefício da gratuidade de justiça caso constate patrimônio ou renda familiar incompatível com tal presunção, sempre respeitado o juízo de proporcionalidade e análise dos interesses envolvidos no caso concreto", disse Fachin.

Uma sugestão do ministro Flávio Dino garantiu aplicação da presunção de hipossuficiência aos assistidos por defensor público.

A ação da Confederação Nacional do Sistema Financeiro (Consif) questionava a presunção de veracidade da declaração de hipossuficiência. Para a entidade, esse entendimento fere o dispositivo da Constituição que garante a gratuidade apenas aos que comprovarem a insuficiência de recursos.

Fonte: Agência Brasil

STF decide limitar gratuidade em ações na Justiça do Trabalho

Declaração de hipossuficiência só valerá com comprovação de renda



© Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, na quinta-feira (3), que a gratuidade em processos trabalhistas só poderá ser concedida mediante comprovação de renda.

A decisão contraria a prática adotada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST). Para o TST, bastava a

Alcolumbre diz que Senado votará fim da escala 6x1 após eleições



Senador fez anúncio em resposta a apelo de Paulo Paim. PEC que reduz jornada máxima de 44 para 40 horas semanais precisa de pelo menos 49 votos favoráveis em dois turnos no Plenário.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), afirmou nesta quinta-feira (3) que a PEC que prevê o fim da escala 6x1 e reduz de 44 para 40 horas a jornada máxima semanal será votada pelo Plenário após as eleições. A declaração foi feita em resposta a um apelo do senador Paulo Paim (PT-RS), que está no último mandato e anunciou que deixará a vida parlamentar no fim do ano.

"Quero aproveitar essa oportunidade que o senador Paulo Paim está aqui na mesa e veio me dar um abraço, para dizer para vossa excelência e para o Brasil que vossa excelência estará aqui votando, após

Brasília-DF, 08 de setembro de 2026

as eleições, o fim da escala 6x1 no Plenário do Senado Federal", afirmou Alcolumbre.

A manifestação ocorreu um dia depois de a PEC avançar na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), sem seguir para o Plenário. Sem garantia dos 49 votos necessários para aprovar uma mudança constitucional e diante da obstrução da oposição, a base governista decidiu não arriscar a votação.

A expectativa é que os senadores retomem as votações presenciais em novo esforço concentrado na segunda semana de outubro. O primeiro turno das eleições será em 4 de outubro e um eventual segundo turno, no dia 25.

Apelo de Paim

Da tribuna, Paim lembrou a atuação na Constituinte e a redução da jornada máxima de 48 para 44 horas semanais, incluída na Constituição de 1988.

"Não podemos mais esperar. Por que esperar? Vamos resolver, como na Constituinte de 1988, [quando] alcançamos as 44 horas semanais [de jornada máxima semanal de trabalho]", disse.

Paim afirmou que gostaria de encerrar sua trajetória no Congresso com a aprovação da nova jornada. "Chegou a hora de eu ir pra casa, mas eu queria muito dizer a todos: 'temos agora as 40 horas semanais para toda nossa gente.'"

A PEC já passou pela CCJ e precisa ser aprovada pelo Plenário do Senado em dois turnos, com pelo menos 49 votos favoráveis em cada um. O texto reduz a jornada semanal para 40 horas, sem diminuição salarial, e prevê dois dias de repouso remunerado.

Fonte: Congresso em Foco

Sindicatos prometem pressionar Senado para votar 6x1 antes da eleição



© Paulo Pinto/Agência Brasil

As principais centrais sindicais do Brasil articulam pressionar os senadores em cada unidade da federação (UF) para antecipar a votação da proposta

de emenda à Constituição (PEC) que põe fim à escala de seis dias de trabalho por um de descanso e reduz a jornada para 40 horas semanais.

Com início neste fim de semana, o movimento quer que a PEC 221 de 2019 seja votada antes do primeiro turno das eleições de 2026.

O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Sérgio Nobre, avalia que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), foi pressionado por empresários e senadores da oposição a pautar a PEC para depois da eleição com o objetivo de possibilitar que os parlamentares "traiam o povo".

"Os empresários falam que querem que vote depois da eleição porque sabem que o senador vai trair o povo. Fala que vota a favor do povo e, no dia seguinte, trai a população. É isso que nós vamos denunciar", disse à Agência Brasil.

O presidente da CUT acredita que é possível antecipar a votação da PEC se houver forte pressão popular.

"Se os senadores forem cobrados nos estados, eles vão querer resolver essa situação. Eles vão ter que responder isso nas ruas. Vamos colocar o povo para cobrar. Vai pedir voto? Cadê a 6x1 primeiro?", respondeu Sérgio Nobre.

Agenda contra a 6x1

A agenda de ações a favor da PEC 221 de 2019 foi definida, nesta sexta-feira (4), em reunião do Fórum das Centrais Sindicais, que reúne as seis principais entidades sindicais do país. A reunião foi convocada após Alcolumbre anunciar a votação da proposta para depois das eleições.

Os dirigentes sindicais decidiram ainda intensificar panfletagens em centros comerciais, onde a escala 6x1 é mais comum, reforçar a mobilização nas redes sociais e trabalhar para construir novos protestos de rua.

As centrais vão ainda solicitar uma audiência com o senador Alcolumbre para defender a votação da PEC antes do 1º turno e denunciar os parlamentares que estão contra a redução da jornada de trabalho.

O presidente da Força Sindical, Miguel Torres, disse à Agência Brasil que Alcolumbre "virou as costas" para os trabalhadores.

"Para nós, o adiamento da votação foi uma surpresa negativa. Mais de 70% da população brasileira é a favor da PEC. Vejo esse adiamento com muita preocupação porque, se deixar para depois da eleição, podemos voltar para a estaca zero", comentou.

Brasília-DF, 08 de setembro de 2026

Sindicatos criticam adiamento

Inicialmente havia a expectativa da PEC do fim da escala 6x1 ir para o plenário logo após a aprovação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), na última quarta-feira (2). A reportagem procurou a assessoria de Alcolumbre para comentar o tema, mas não obteve retorno.

O diretor da executiva da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), Paulo de Oliveira, disse que os sindicatos achavam possível ter votado a PEC nesta semana.

“Nos parece desleal com os trabalhadores que vão votar na eleição. Como passou o primeiro turno, não há mais preocupação com os votos e aí eles podem atender outros interesses que não os da grande massa da população”, disse à Agência Brasil.

Por sua vez, o presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah, lembrou que a redução da jornada de trabalho para 40 horas é uma demanda de quase 100 anos dos trabalhadores.

“Tivemos uma vitória extraordinária na CCJ, onde apenas quatro senadores foram contrários e todos eles não vão disputar eleição agora. Temos a expectativa de falar com Alcolumbre e resolver isso”, disse.

As centrais sindicais defendem a PEC argumentando, entre outros motivos, que ela melhora a qualidade de vida e a saúde mental dos trabalhadores, que terão mais tempo para se dedicar às famílias ou a outras atividades.

Além disso, argumentam que os custos da redução da jornada são pequenos e podem ser absorvidos pelas empresas, assim como ocorreu com a redução da jornada de 48 para 44 horas em 1988.

Patrões

As confederações patronais, por outro lado, têm se manifestado contra a PEC do fim da 6x1, alegando que ela aumenta os custos das empresas e pode prejudicar a economia. Estudos têm divergido sobre os impactos da mudança para inflação e o Produto Interno Bruto (PIB).

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) pediu para adiar a votação da PEC 221 de 2019 para depois das eleições.

“Mudanças constitucionais nas relações de trabalho exigem análise técnica, diálogo e previsibilidade. Não é uma discussão que deva ser conduzida sob a pressão do calendário eleitoral, mas sim em um ambiente que permita avaliar com responsabilidade

seus impactos em empresas, empregos e trabalhadores”, defendeu o presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros.

Fonte: Agência Brasil

Ninguém pode utilizar seu cargo em benefício pessoal, diz Lula após crise no STF

O presidente também destacou preocupação quase “sobrenatural” para que a sociedade não perca a esperança e a fé nas instituições



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou nesta sexta-feira (4) que quer fazer no próximo ano uma discussão profunda sobre a necessidade de uma reforma no Judiciário. Além disso, declarou que ninguém, em nome da democracia, pode utilizar seu cargo para ter benefício próprio.

“Tenho certeza que faremos para o próximo ano uma discussão profunda sobre a necessidade de uma nova reforma no Poder Judiciário brasileiro para que o povo possa continuar acreditando na Justiça. Porque ninguém, ninguém, em nome da democracia, pode utilizar o cargo que tem em benefício pessoal. Ninguém”, declarou.

O presidente disse ainda que tem uma preocupação quase que “sobrenatural” para que a sociedade não perca a esperança e a fé nas instituições. Depois de citar a crise no Supremo Tribunal Federal (STF), Lula disse que se não houver instituições sólidas, a democracia fica vulnerável.

“Todo mundo tem que estar subordinado aos mesmos trâmites da legislação. Afinal de contas, ela vale para todos. E eu disse ao meu amigo Fachin, a Suprema Corte e a Procuradoria Geral da República estão com muita expectativa da sociedade brasileira. Porque quando os filhos estão em desordem, é quem manda na casa quem resolve. Então, meu caro, está nas suas costas, nas costas do Paulo Gonet, a responsabilidade de passar o mínimo de tranquilidade sem tentar esconder absolutamente nada”, completou.



Brasília-DF, 08 de setembro de 2026

Denuncismo e vazamentos

Lula também avaliou que o Brasil vive uma "época perigosa" e afirmou que "denuncismo, vazamentos e fake news não contribuem com democracia". Recentemente, parte da investigação na Polícia Federal (PF) contra o filho do presidente, Fábio Luís Lula da Silva – o Lulinha – foi vazada para a imprensa.

O ministro André Mendonça, relator da investigação sobre Lulinha no âmbito das fraudes no INSS, mandou a PF investigar a origem do vazamento dos dados. A determinação atendeu a um pedido da defesa do filho do presidente.

O presidente discursou em cerimônia no Palácio do Planalto, ao lado do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, e do procurador-geral da República, Paulo Gonet. Ele sancionou projetos que criam fundos no sistema de Justiça.

A fala ocorre em meio a uma das mais graves crises no Supremo Tribunal Federal. Segundo Lula, o objetivo dessas novas leis é garantir que pobre seja tratado com decência pela Justiça.

Fonte: Estadão Conteúdo

benefícios já concedidos; agora, essas atividades passam a ter o mesmo peso de processos como novos pedidos de aposentadoria e auxílio-doença.

Depois de passar pelo Plenário da Câmara, a medida provisória foi aprovada sem mudanças pelo Senado. O texto será promulgado.

Prazo de espera

A MP também reduz de 45 para 30 dias o prazo mínimo de espera para que um processo entre no escopo do PGB. Além disso, há previsão de pagamento extraordinário aos servidores que cumprirem as metas. A data limite de vigência do programa é 31 de dezembro de 2026.

Durante a votação da MP em Plenário, o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) destacou a importância da medida para famílias com doenças raras e atípicas. "Já conseguimos diminuir a fila em 76% em agosto e, em setembro, vamos zerar a fila do INSS", afirmou.

Fonte: Agência Câmara

Câmara aprova MP que amplia programa para diminuir fila do INSS

A medida provisória também passou pelo Senado e será promulgada



Deputados aprovaram a MP em sessão do Plenário –
Foto: Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados

A Câmara dos Deputados aprovou nesta quinta-feira (3) a Medida Provisória 1369/26, que estende o Programa de Gerenciamento de Benefícios (PGB), criado em 2025 para diminuir as filas de requerimentos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e da Perícia Médica Federal.

O texto aprovado amplia o objetivo do programa: antes, a prioridade era reavaliação e revisão de

Filiada à
NCST
NOVA CENTRAL

80 anos
1946 2026

Mês de prevenção ao suicídio

Setembro amarelo

Valorizar a vida é o primeiro passo para iluminar a esperança.

Sua vida vale muito.
Precisamos falar sobre isso.
Ligue 188

2026
SECRETARIA PARA ASSUNTOS DO TRABALHO DA MULHER, DA JUVENTUDE E DO IDOSO - CNTI